

Sindicalismo fora do tempo

ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O primeiro de maio começou a ser comemorado, com desfile de trabalhadores e discurso inflamado, pelo então ditador Getúlio Vargas, em 1940, no estádio do Vasco, em São Januário, no Rio de Janeiro. O então homem forte do regime, que oscilava em apoiar o fascismo, o comunismo ou os liberais norte-americanos, precisava ter um pé em cada ideologia. Nas monumentais comemorações do Dia do Trabalho, ele anunciava o novo piso do salário mínimo, melhorias nas condições de emprego, além de ideias caras ao fascismo, no momento em que Hitler engolia os países da Europa Ocidental, avançava sobre a Polônia e planejava invadir a União Soviética.

A comemoração do Dia do Trabalho, em 1º de maio, começou a ser construída a partir de um violento conflito, em 1886, entre a polícia de Chicago e trabalhadores que lutavam pela redução da jornada de trabalho. Antes, eram seis dias por semana e 13 horas diárias. Os trabalhadores apoiados pela Federação Americana do Trabalho (AFL), a maior organização operária dos Estados Unidos, iniciaram um protesto que levaria vários dias e se transformou em violento conflito armado no qual morreram 11 trabalhadores e dezenas ficaram feridos.

A manifestação emocionou o mundo. Em 1889, a Segunda Internacional definiu, na França, o dia do início do protesto — 1º de maio — como o Dia do Trabalho, que passou a ser reconhecido pelo dia de descanso em diversas partes do mundo. Nos Estados Unidos, é uma data móvel. Cai na segunda segunda-feira de setembro, fim do verão no Hemisfério Norte, quando o tempo muda e começa a esfriar na costa leste.

O fim do século 19 no mundo desenvolvido marca o início do rápido desenvolvimento industrial, que foi caracterizado pela falta de regulação trabalhista, da definição de horas de trabalho, da jornada dos menores de idade e da dificuldade de diálogo entre funcionários e patrões. Essa situação levou patrões e operários a buscarem algum diálogo para discutir problemas comuns. Esse novo patamar resultou das greves e das manifestações contra os padrões vigentes. Nos Estados Unidos, Henry Ford criou outro conceito de trabalho, com suas linhas de montagem e maior cuidado com a saúde de seus funcionários.

No Brasil, a comemoração do dia foi sancionada pelo presidente Artur Bernardes em setembro de 1924. Começou a valer no ano seguinte. Sua decretação foi consequência da grande greve geral de 1917, realizada em São Paulo. Trabalhadores paralisaram suas atividades nas fábricas reivindicando mais direitos trabalhistas. E da ebulição dos anos 1920, com a Semana de Arte Moderna de São Paulo e as sucessivas rebeliões dos

tenentes reformistas. Mas somente com Getúlio Vargas o 1º de Maio ganhou força política que se projetou durante décadas no país.

O presidente Lula tenta resgatar o prestígio da data. Mudou o local. Passou a celebrar a festa no estacionamento do estádio do Corinthians, em São Paulo, popular time paulista que ganhou seu formidável campo de futebol por intervenção do próprio Lula em governos anteriores. Ele foi recebido por alguns jogadores, recebeu mais uma camisa do time e anunciou para os trabalhadores que quem ganha até R\$ 2 mil estará isento de imposto de renda neste ano. E prometeu que a isenção alcançará R\$ 5 mil reais até o fim do governo.

O presidente, no entanto, se queixou publicamente de que o evento foi mal organizado e mal convocado. Algumas organizações de trabalhadores não compareceram e a festa não conseguiu repetir o brilho dos anos anteriores. Pouca gente. Há sempre um bode expiatório para ser responsabilizado pelo fracasso da festa, mas a verdade é que o sindicalismo não vive a melhor fase da sua vida no Brasil. Os líderes do Partido dos Trabalhadores não enxergam as mudanças na economia

no sistema de emprego. Insistem nas antigas teorias econômicas, do desenvolvimento baseado no financiamento do Estado e na presença dos sindicatos na gestão da vida nacional. Era assim na Itália de Mussolini.

Avanços tecnológicos, aliados a semanas mais curtas, nova maneira de trabalhar modificam rapidamente o ambiente corporativo. Apenas um exemplo: um amigo mora em Brasília e trabalha numa empresa sueca de locação de mão de obra especializada. Ele recebe em moeda forte e gasta em reais. Situação privilegiada. Mas obedece a uma condição: não pode permanecer mais de seis meses no mesmo emprego. É obrigado a ser freelancer. Trabalha em casa, nas mesas de restaurantes e nas praias onde costuma descansar.

Restaurantes no Rio de Janeiro, aliás, estudam a fórmula de cobrar dos clientes que permanecem longas horas nas mesas e cadeiras do estabelecimento. É o novo escritório. Como colocar essas iniciativas dentro da antiga moldura sindical? Essa pergunta não obteve resposta até agora. A falta dela explica a erosão dos índices de aprovação do governo Lula.



A importância do Censo Escolar para a educação integral

PATRICIA MOTA GUEDES
Superintendente do Itaú Social,
mestre em políticas públicas pela Universidade
de Princeton e em administração pública pela
Universidade de Massachusetts Amherst

Os dados do Censo Escolar 2023 — e o fato de contarmos com suas séries históricas — suscitam análises que qualificam o debate sobre a educação básica no Brasil e mostram fatores importantes para a proposição e o acompanhamento de políticas públicas. São informações valiosas quando olhamos especificamente para a expansão e a qualidade da educação integral em tempo integral, presentes no Plano Nacional de Educação (PNE) vigente e uma das pautas prioritárias do governo federal.

Um exemplo é como insumo para acompanharmos o ritmo e o alcance da expansão. Em julho do ano passado, o Ministério da Educação (MEC) iniciou o programa Escola em Tempo Integral com o objetivo de estimular a permanência e a aprendizagem de crianças e jovens por período igual ou superior a 35 horas semanais — uma média de sete horas por dia — nas redes estaduais e municipais. O Censo nos mostra que temos 21% dos estudantes da educação básica matriculados em tempo integral, um número bem próximo ao da meta do PNE, de 25% dos alunos até o fim de 2024. Por outro lado, nem toda etapa de ensino chegou a esse patamar. No fundamental, são 14,9% dos estudantes. Na pré-escola, o percentual fica em 14,2%. Será essencial acompanharmos essa evolução, assim como em que medida ela é ofertada prioritariamente para aqueles que mais precisam.

Outro exemplo é o mapeamento de uma tendência preocupante: que a educação integral em tempo integral com qualidade pode ajudar a reverter a taxa de migração dos estudantes do ensino regular para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O perfil etário dos alunos na EJA está mudando conforme se avança na trajetória. Do 1º ao 5º ano, a idade mediana é 48 anos; entre o 6º e o 9º ano, 26 anos; e no ensino médio, 23. Logo, temos mais jovens que adultos nessa etapa, sendo, em sua maioria, alunos com histórico de repetência e abandono na escola regular.

A transformação da escola em um local interessante para os adolescentes é um desafio que requer formação e apoio técnico aos gestores e professores. Mas não apenas, já que ainda exige que todas as instâncias unam forças para propor uma escola mais sintonizada com as adolescências e voltada ao desenvolvimento das suas diferentes dimensões cognitivas, emocionais, sociais, físicas e éticas. Pouco ou nada adianta ofertar mais tempo do mesmo, se as aulas forem desinteressantes e sem espaço para engajar os estudantes. Mais recentemente, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e o MEC uniram forças para o desenho de uma política nacional em prol dos anos finais, voltada a uma Escola das Adolescências, que pode contribuir diretamente nesse sentido.

O Censo Escolar apresenta ainda outro importante dado que se articula com a educação em tempo integral: a forma como diretores das escolas públicas são escolhidos. A seleção de gestores escolares precisa incluir critérios técnicos. Afinal, é um papel estratégico liderar a implementação dessa proposta na escola, garantindo que os recursos sejam alocados de forma eficiente; os professores colaborem entre si e sejam apoiados adequadamente; o currículo, de fato, amplie as oportunidades de aprendizagem; e as necessidades específicas dos alunos sejam atendidas de maneira eficaz. Embora com crescimento de 5,7% em relação ao ano de 2022, nas redes municipais 45,8% dos gestores ainda são escolhidos exclusivamente por indicação ou nomeação da administração.

Felizmente, iniciativas como a complementação Valor Aluno Ano Resultado (VAAR), criada pela Lei do Novo Fundeb, em 2020, oferecem uma oportunidade promissora de promover uma seleção mais acertada, que virá a contribuir para os desafios de gerir uma escola de educação integral em tempo integral. A lei prevê escolhas baseadas em parâmetros técnicos de mérito e desempenho ou contando com a participação da comunidade escolar. Em 2023, o VAAR distribuiu R\$ 1,6 bilhão e, em 2024, a expectativa é de que chegue a R\$ 3,3 bilhões.

Essas são reflexões que reforçam a importância dos dados no debate educacional e, mais especificamente, a relevância do Censo Escolar. No Seminário Interministerial sobre Educação em Tempo Integral, realizado em 9 de abril pelo MEC, as diversas experiências brasileiras e de países da América Latina trouxeram os múltiplos desafios de implementação, com a equidade na alocação das matrículas de tempo integral; o currículo e as mudanças nas práticas e culturas escolares; as condições de seleção, trabalho e formação docente; assim como de investimentos na infraestrutura, transporte e alimentação escolares — além do próprio monitoramento dessas políticas e programas.

Só o acompanhamento da implantação das políticas permite ajustes necessários, na medida em que a política se desdobra na vida real, em cada Secretaria de Educação, em cada território. Nesse sentido, os dados do Censo Escolar seguirão sendo um conjunto importante de evidências para o monitoramento e aprimoramento contínuo do avanço da educação integral com qualidade para cada e toda criança, adolescente e jovem no Brasil.

Arte, cidadania e democracia em língua portuguesa

LUÍS FARO RAMOS
Embaixador de Portugal no Brasil

Dois mil e vinte e quatro é um ano especial de comemorações em Portugal. Dos 50 anos da Revolução dos Cravos aos 500 anos do nascimento do grande Poeta Luís Vaz de Camões, passando pelos 100 anos do nascimento de Mário Soares, considerado o pai da democracia portuguesa, e pelos cinco anos da aprovação, pelas Nações Unidas, do Dia Mundial da Língua Portuguesa, há muito que comemorar este ano!

O Brasil, país com o qual Portugal mantém uma relação em que o passado conta, o presente é de excelência e o futuro se anuncia auspicioso, será, este ano, o palco de um acontecimento inédito que irá certamente agradar ao público por meio de uma viagem no tempo que junta arte, cidadania e democracia nos jardins da belíssima embaixada de Portugal na capital federal.

Realizada em parceria com o Centro de Arte Moderna Gulbenkian, de Lisboa, e com o Instituto Camões em Brasília, a exposição *Arte no Jardim* apresenta, pela primeira vez no Brasil, uma mostra de 11 obras de artistas portugueses e brasileiros que refletem sobre causas e emoções que

subjazem à Revolução dos Cravos.

A mostra tem início no interior da embaixada e expande-se pelos jardins, num convite a uma caminhada onde poderemos descobrir, em três movimentos, as tensões que marcaram uma longa ditadura de 48 anos em Portugal, o desenrolar do dia 25 de abril de 1974 e os resultados e as aspirações do novo regime democrático.

Há 50 anos, o vento bafiento que contaminava Portugal e as colônias na África transformou-se em uma brisa fresca, que se espalhou e levou à rua, com o perfume dos cravos vermelhos que simbolizaram a estrada para a liberdade, milhares de pessoas que, finalmente, poderiam respirar sem ter medo de dizer o que pensavam.

É esse legado que importa sempre: preservar e lembrar. E é nesse contexto, por meio da arte aqui claramente associada aos valores da cidadania e da democracia em língua portuguesa, que, a partir desta semana até outubro, a Embaixada de Portugal no Brasil oferece a todos uma pequena contribuição para que essa memória permaneça e sirva de exemplo às novas gerações, mantendo

vivo o espírito de abril.

É fundamental que todos valorizemos a liberdade e a democracia. Há dias, convidado para um jantar em que nos deu a honra de comparecer, na residência oficial em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou da importância da Revolução dos Cravos para os movimentos democráticos no mundo e no amor do Brasil por Portugal.

Também Portugal ama o Brasil. E a Exposição Arte no Jardim é uma das expressões desse sentimento mútuo, em que artistas portugueses e brasileiros dialogam sobre valores essenciais para as nossas sociedades e convidam para, juntos, celebrarmos abril sempre.

Assim, se cumpre um dos eventos mais relevantes da programação e da ação cultural externa de Portugal para 2024, sob a coordenação do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua. Assim se celebra, também, a língua portuguesa, que está cada vez mais viva e diversa e que será, esperamos, um dia não muito longínquo, língua oficial das Nações Unidas.